

12º SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E EXTENSÃO DA UEMG

Direitos e garantias fundamentais do idoso: estrutura do Estatuto e sua efetividade no município de Ituiutaba

Wilza Carla Ap. Alves de Oliveira

Wilza Carla Aparecida Alves de Oliveira

Email para contato: wilza10@hotmail.com

Palavras chave: Estatuto do Idoso. Direitos. Dignidade

Vive-se atualmente em época em que o homem é considerado como sujeito de direitos, por ser dotado de personalidade. O caminho até esta concepção durou longos e árduos anos. Os idosos como pessoas a serem protegidas por serem dignas de um mínimo existencial, se encontram hoje em dificuldades para fazer valer seus direitos perante a sociedade. O objetivo do trabalho será o de confrontar a atual legislação, isto é, o Estatuto do Idoso, que estabelece direitos e garantias aos idosos no país, com a questão da real aplicabilidade e operabilidade da lei nº 10.741/03. Espera-se que o resultado da pesquisa possa trazer alguma contribuição à abordagem do tema, de modo que os idosos sejam estimulados a lutarem pelos seus direitos. Trata-se de pesquisa teórica e, também, de campo, face à necessidade de se buscarem dados empíricos no município de Ituiutaba. Quanto ao método de abordagem, adotar-se-á o método hipotético-dedutivo, proposto por Karl R. Popper. O método científico, nesta perspectiva epistemológica contemporânea, inicia-se com um problema; para a solução do mesmo formula-se uma teoria-tentativa, passando-se, posteriormente, a criticar tal solução mediante testes de falseamento, com vista à eliminação do erro; mediante esse mecanismo a teoria revela-se admissível, na medida de sua resistência aos testes críticos, porém sem caráter de definitividade. (LAKATOS, MARCONI, 1996, p. 95-100). Para avaliação da efetividade da lei em questão, utilizam-se os métodos tipológico e o comparativo, tendo em vista a possibilidade de confrontar o modelo ideal de conduta que a legislação prescreve com a situação material-real dos direitos e garantias fundamentais do idoso, sempre com o objetivo de verificar os dados existentes em função dos objetivos da pesquisa. A coleta de dados doutrinários será realizada através de consulta ao material bibliográfico disponibilizado pelas bibliotecas da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), da coleta de dados documentais nas Entidades envolvidas, e através da coleta de dados empíricos. No tocante à vertente bibliográfica, faz-se a leitura analítica dos textos pertinentes. A pesquisa desenvolve-se de acordo com o cronograma traçado; encontra-se a pesquisadora na fase de leitura aprofundada do Estatuto do Idoso e de textos doutrinários pertinentes; Sabe-se, de início, que o Estatuto do Idoso carece, ainda, de maior divulgação para que os direitos das pessoas da chamada "melhor idade" possam ser, de fato, respeitados. Um passo para isso é, necessariamente, o conhecimento dos próprios direitos por parte dos idosos para que possam ser reivindicados. Resta fixar-se qual a melhor forma de levar tais conhecimentos aos idosos.